

MERVAL PEREIRA

Depois que o líder do governo no Senado e um dos principais mentores da política econômica do PT, senador Aloizio Mercadante, fez uma autocrítica pública, admitindo que o partido deveria ter apoiado as reformas no governo FH; e que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, definiu que governar é adaptar o sonho à realidade, ficou mais claro o que já se prenunciava pelos atos do Governo: não existe plano alternativo nenhum, e os radicais petistas podem se colocar nos seus devidos lugares, minoritários e sem influência na definição dos programas de governo.

Se, mesmo após sucessivas demonstrações de que não faria concessões ao populismo, ainda existiam dúvidas sobre as intenções do novo governo, elas agora se dissiparam. O que existe, na verdade, é a famosa dissonância cognitiva detectada pelo ex-presidente Fernando Henrique. Só que agora quem não consegue entender o que está acontecendo não é mais o mercado financeiro, em lua-de-mel com o novo governo, mas a ala radical dos petistas, cada vez menos importante.

Quando se fala em Plano B e se atribui a ele um projeto de redução de juros e crescimento econômico, há o pressuposto de que o Plano A,

que estaria em vigor e seria uma simples repetição do programa econômico de Malan, foi concebido para gerar inflação e estagnação econômica. Ora, não existe governo no mundo, seja de que tendência ideológica for, que se organize com o propósito explícito de provocar a estagnação. Ou de subir as taxas de juros para dar dinheiro a banqueiros. O que existem são erros de execução; são decisões equivocadas e, sobretudo no caso brasileiro, crises externas que afetam a economia. Como a guerra dos Estados Unidos com o Iraque nos afetará, certamente. O presidente Fernando Henrique faz questão de lembrar que enfrentou várias crises internacionais nos seus mandatos. Lula, com três meses de governo, já está tendo que encerrar uma guerra.

O governo FH errou, sim, ao manter artificialmente a paridade do real com o dólar, sendo levado a uma desvalorização brutal que acabou afetando a inflação. Errou, talvez por excessiva prudência, ao não aproveitar alguns poucos momentos de trégua no mercado internacional para impulsionar o crescimento econômico com o corte dos juros. Errou, enfim,

ao deixar a economia excessivamente dependente do capital externo, na certeza de que o investidor internacional nunca cortaria o fluxo de capitais para o Brasil. O ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco, dizia até que um pequeno déficit na balança comercial não fazia mal à economia. É claro que com as importações ele conseguia conter a inflação, mas o déficit de conta corrente ficou insustentável.

---

O que existe, na verdade, é a famosa dissonância cognitiva

---

O ministro Antonio Palocci mostrou um estudo revelador no seu depoimento na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado: se tivéssemos estabelecido metas de superávit primário desde o início do primeiro mandato de Fernando Henrique — quando houve, na ver-

dade, déficit primário — hoje a dívida pública seria de 25% do PIB, e não de 50%.

Só no segundo mandato, já com a desvalorização do real, é que se cuidou de reativar as exportações e de controlar o déficit público, num processo que está em curso, e com bons resultados até o momento. Os números são tão promissores que já existe a possibilidade de o déficit em conta corrente ficar abaixo dos 5 bilhões de

dólares — existem otimistas que até prevêem que ele será zerado, com um superávit no comércio exterior superior a 20 bilhões de dólares.

Diante dos primeiros sinais de queda na popularidade, explicada pelas medidas amargas que tem que tomar e que tanto incomodam até mesmo o presidente Lula, o que o governo tem a fazer é perseverar no caminho escolhido e aprovar as reformas estruturais da economia, como a previdenciária e a tributária. Vai encontrar um ambiente menos hostil por parte da sociedade, já que a maioria dos partidos políticos, mesmo os da oposição, é favorável às mudanças.

O PDT está tentando tirar proveito da impopularidade de certas medidas com anúncios que, a pretexto de apoiar Lula, na verdade o colocam em situação delicada, especialmente com os servidores públicos. O “abraço de amigo urso” do PDT só serve para mostrar ao governo quão urgente é conseguir o apoio do PMDB para garantir maioria para aprovar as reformas. (Se bem que o PMDB pode ser um aliado tão “urso” quanto o PDT, por razões diferentes.)

Aprovadas as reformas e mantido o equilíbrio nas contas públicas, estará aberto o caminho para um crescimento econômico sustentado com menos interferência de fatores externos não controláveis pelo governo. Sem que seja preciso lançar mão de

planos alternativos, mesmo porque não os há na praça.

Os que acenam com os exemplos da Argentina e da Rússia só podem estar brincando. Os dois países literalmente quebraram, e estão começando da estaca zero, exatamente o que se quer evitar que aconteça no Brasil. E o exemplo da Malásia, outro candidato a Plano B, não pode ser adaptado, pois a economia daquele país não se compara à nossa nem em tamanho nem em interligações com a economia mundial. Todos os países que entraram em recessão devido a crises cambiais — e o Brasil é o único que, apesar da desvalorização, continuou crescendo, mesmo em ritmo precário — saíram dela mantendo suas economias abertas. Só a Malásia fez o contrário, e nada indica que seja um bom exemplo a ser seguido.

O que está acontecendo hoje na economia brasileira acontecerá antes caso o mercado financeiro não tivesse dúvidas quanto à condução da política econômica sob Lula. Ou se o presidente Fernando Henrique Cardoso tivesse conseguido eleger José Serra seu sucessor. E Serra faria um governo muito parecido com o que Lula está montando. Serra certamente diria que o faria com mais competência operacional, mas isso é outra conversa.

MERVAL PEREIRA é jornalista.